

SOBRE CARTOGRAFIA, BORRACHA, NUVENS E CIDADES

Entre representação e instauração

ABOUT CARTOGRAPHY, CLOUDS, ERASEAR AND CITIES
Between representation and institution

Resumo: A representação cartográfica pressupõe uma visão positivista do real, centrada sobre sua estabilidade e existência em si mesma. E a cartografia, pelo viés da produção-instauração, recoloca a questão do processo cognitivo e das relações entre saberes-poderes-modos de subjetivação. Direcionar a discussão para o sentido da produção cartográfica em detrimento do sentido da representação coloca em pauta a análise da intrincada maquinaria operada pelos equipamentos coletivos de subjetivação contemporâneos. Interessa entender as conexões entre a abordagem de Harvey e Benjamin, no que se refere à historicidade da percepção e da experiência, e os seus rebatimentos no entendimento das metamorfoses contemporâneas da percepção, engendradas pelo conjunto de dispositivos cartográficos infiltrados e absolutamente presentes no cotidiano urbano. Na fricção entre as dimensões técnica, estética e política, cabe interrogar acerca da política das imagens e como estas se enredam na política de subjetivação urbana? Que visibilidades e enunciados cartográficos acerca da urbanidade são admitidas, sob que pretexto e legitimidade?

Palavras-chave: Cartografia, Apagamento, Política, Visibilidade, Representação

Abstract: The cartographic representation presuppose a real positivist view, centered in its stability and existence itself. And cartography by the point of view of the production-establishment places the question of the cognitive process and the relations between knowledge-power-modes of subjectivity. Direct the discussion to the meaning of cartographic production despite the sense of representation brings the analysis of the intricate machinery operated by contemporary collectives equipment of subjectivity. Interested in understanding the connections between the approach of Harvey and Benjamin with regard to the perception and experience historicity and their repercussions on the understanding of contemporary transformations of perception engendered by the set of cartographic devices infiltrates and absolutely present in daily urban life. In the friction between the technical, aesthetic and political dimension, it is asking about the images politics and how they become entangled in the urban subjectivity politics?

Keywords: Cartography, Deletion, Politic, Visibility, Representation

A cartografia aqui pensada não se restringe a uma ação de representar algo que existe *a priori* e será apreendido pelo pesquisador-cartógrafo. Tanto ela produz os dados que compõem seu regime de visibilidade, como ela, ao configurar um objeto-mapa, define possíveis conformações do campo de forças com o qual operou. A representação cartográfica pressupõe uma visão positivista do real, centrada sobre sua estabilidade e sua existência em si mesma. E a cartografia pelo viés da produção-instauração recoloca a questão do processo cognitivo e das relações entre saberes-poderes-modos de subjetivação.

Direcionar a discussão para o sentido da produção cartográfica em detrimento do sentido da representação coloca em pauta a análise da intrincada maquinaria operada

pelos equipamentos coletivos de subjetivação contemporâneos. Esta discussão dirige-se por dois eixos argumentativos, a fim de compreender as significações da própria representação: a primeira pensa representação no campo da linguagem e a segunda, no campo da política, ambas de forma articulada e coimplicada. E, para tanto, contextualizo inicialmente tais eixos num horizonte mais abrangente, deflagrado pelo que Harvey (2006) denomina de crise da representação.

Sobre a crise: passagens entre Harvey e Benjamin

A condição pós-moderna discutida por Harvey é configurada pelo aprofundamento disruptivo de um conjunto de modos de ver, lidar, apreender, apropriar-se, experienciar as dimensões do espaço-tempo, especialmente as emergentes no âmbito do modernismo, enquanto movimento sociocultural, considerando as suas múltiplas formações históricas precedentes. A explanação acerca dos momentos de inflexão do capitalismo enquanto força preponderante de tais formações situa o período compreendido entre 1850 e 1920 como disparador de uma transformação radical na compreensão e experiência do tempo e do espaço, implicados nas dimensões econômica, política e cultural da vida social. Ali, nas imediações da 1ª Guerra Mundial, única até então a deflagrar um impasse na escala do mundo simultaneamente, a primeira guerra global.

A crise refere-se às inúmeras incertezas decorrentes dos intensos processos de transformação das formas de produção da mercadoria e da inserção do dinheiro nos modos de organização do espaço, do tempo e da vida social de forma excepcionalmente generalizada. Além de remeter-se a uma das primeiras crises patentes da superacumulação capitalista, ocorrida em 1846-1847, na Inglaterra. Outro aspecto fundamental para compreender a “crise da representação” deriva de uma conjuntura técnica radicalmente inédita:

Mais enfaticamente, o capitalismo entrou numa incrível fase de **investimento de longo prazo maciço na conquista do espaço**. A expansão da rede de estradas de ferro, acompanhada do advento do telégrafo, do desenvolvimento da navegação a vapor, da construção do Canal de Suez, dos primórdios da comunicação pelo rádio e da viagem com bicicletas e automóveis no final do século, mudou o sentido do tempo e do espaço de maneiras radicais. Esse período viu também a chegada sequencial de toda uma série de inovações técnicas. Novos modos de ver o espaço e o movimento (derivados da fotografia e da exploração dos limites do perspectivismo) começaram a ser concebidos. A viagem em balões e a fotografia aérea mudaram percepções da superfície da terra, ao mesmo tempo em que novas tecnologias de impressão e reprodução mecânica permitiam a disseminação de notícias, informações e artefatos culturais em camadas cada vez mais amplas da população. (HARVEY, 2006, p. 240, grifo nosso)

Numa conjuntura de pulsão transitória e instável - que atrelava uma crise econômica de escala nacional, uma guerra e um contexto técnico emergente – extremaram-se as possibilidades de domínio do espaço, numa ação recorrentemente chamada de compressão espaço-tempo, ou ainda outras expressões como: aniquilação, encolhimento

ou colapso do espaço. A partir da analogia com a divisão social do trabalho proposta por Ford, fala-se também em espacialização do tempo, de forma a se estabelecer uma hierarquia ou sobredeterminação de um pelo outro, num arranjo em que o tempo público dedicado ao trabalho é tornado homogêneo e universal no espaço tanto da fábrica quanto da vida social em geral.

Ambos, espaço e tempo, são confrontados com a estratificação do equivalente geral, o dinheiro, que passa a regular de forma extensiva as relações sociais. O domínio do tempo ou o enquadramento dos seus ritmos díspares e singulares efetivou-se pela instituição desta força homogeneizante, ou seja, o tempo de produção das mercadorias e o espaço que determinado tempo preenche na linha de produção. Neste engendramento, instituiu-se a hegemonia do tempo e um nível até então desconhecido de domínio do espaço – sua materialidade, condições, formas de existência, distâncias, territórios, lugares.

A radicalidade evidente em ideias como aniquilação e colapso do espaço referem-se às impensáveis formas de comunicação, de troca, de circulação, de registro operadas por: telégrafo, telefone, imprensa (de escala nacional e em processo de massificação), rádio, automóvel, fotografia (inclusive aérea). Trata-se dos equipamentos coletivos de subjetivação do espaço-tempo detonadores de outro modo de experiênciá-lo e percebê-lo, delineando uma formação histórica singularizada pelos regimes de visibilidade e de enunciação forjadas por tal inflexão técnico-política.

Tais equipamentos constituem dispositivos centrais da formação histórica referenciada pela passagem entre os séculos XIX e XX. Enquanto dispositivos, interpõem, interceptam, atravessam, incitam, excitam, impulsionam, irrompem, como força relativa à existência de cada uma destas formas de tornar visível e enunciar o espaço-tempo. O sentido de internacionalismo, universalidade e globalismo instauram uma força engendrada pela sincronia, temporalidade insegura e tensão, tal como o exemplo da Guerra citado. Tais sentidos confrontam-se com forças subjetivadas pelo ímpeto do particularismo e do nacionalismo, um embate que resultou extremismos e radicalidades disruptivas, no que se refere aos atravessamentos entre técnica, política e estética:

Na qualidade de espacializações, os artefatos produzidos pelos modernos (é verdade que com exceções como os dadaístas) transmitiam um sentido permanente, senão monumental, de valores humanos supostamente universais. Mas mesmo Le Corbusier reconhecia que tal ato tinha de invocar o poder do mito. E aqui começa a real tragédia do modernismo, porque não foram os mitos preferidos de Le Corbusier, Otto Wagner ou Walter Gropius que dominaram as coisas. Foram ou o culto a Mamom ou, pior ainda, os mitos incitados por uma política estetizada que dava o ritmo. Le Corbusier flertou com Mussolini e se comprometeu com a França de Pétain, Oscar Niemeyer planejou Brasília para um presidente populista, mas a construiu para generais implacáveis, as percepções do Bauhaus foram empregadas no planejamento dos campos de morte e a regra de que a forma segue o lucro e a função dominou em toda parte. (HARVEY, 2006, p. 256)

Tais atravessamentos entre dispositivo e as bifurcações dos pressupostos estéticos do modernismo em rotas de coalizão com expressões extremistas dos nacionalismos

citados revelam a imbricação entre técnica, política e estética. Benjamin(1985) traça uma análise-ensaio desta imbricação por um viés singular do materialismo histórico, radicalizando seus desdobramentos, ao aproximar a produção de cultura à produção de barbárie¹ assumida em tais conformações do nacionalismo-extremista.

Interessa entender as conexões entre a abordagem de Harvey (2006) e Benjamin (1985) no que se refere à historicidade da percepção e da experiência e os seus rebatimentos no entendimento das metamorfoses contemporâneas da percepção engendradas pelo conjunto de dispositivos cartográficos infiltrados e absolutamente presentes no cotidiano urbano. A partir de Harvey, esbocei sumariamente os pressupostos da crise da representação do espaço-tempo na modernidade.

Benjamin traz contribuições para entender tal crise à medida que percorre a cidade moderna, enquanto campo perceptivo, explorando suas formas materiais, tanto as emergentes quanto as em declínio, frente ao intenso e radical processo de urbanização e modernização que a atravessava. O vidro, o ferro e suas implicações com os interiores e as passagens, o Cinema, a Fotografia e os mecanismos técnicos da imprensa revolucionários na possibilidade de reprodução da imagem são percorridos como lampejos, em que as imagens aí constituídas figuram uma dimensão histórica produtora e produto das metamorfoses da percepção e da experiência em curso efusivo.

Engendramentos perceptivos disparados por uma radical reorientação das formas de perceber e de registrar o espaço e o tempo são constituintes da emergência de uma realidade fragmentada e de uma fragmentação da percepção. Neste sentido, não se trata de uma realidade *a priori* fragmentada que é registrada e representada de forma também fragmentada, já que a relação não se esboça de forma causal, mas dialética. Realidade e fragmento conspiram jogos perceptivos dialéticos e desembocam em expressões como fragmento de realidade e realidade fragmentária, para citar apenas duas conformações evidentes, por exemplo, na técnica da montagem cinematográfica, tão explorada pelo autor.

Os equipamentos coletivos de subjetivação em pauta nesta conjuntura técnico-política – ao definirem regimes de visibilidade e de enunciação e, por conseguinte, regimes de exposição – efetuam, na acepção benjaminiana, a passagem da percepção contemplativa à distração fragmentária. A velocidade das imagens, suas interrupções, desaparecimentos, ruínas, emergências, de figuração lampejante, alteram a condição de imagem-culto ou imagem-aura e instauram a imagem-fragmentária agenciada a uma realidade também fragmentária, de forma a atrelar o sentido ótico ao tátil. Tal percepção tátil, que se realiza por uma série de “toques” do olho sobre o objeto, movimenta o horizonte estético, culminando no extremo de uma estetização da política, evidente na última citação de Harvey e também na aproximação implacável observada por Benjamin quanto à produção de cultura e de barbárie.

A mitologia da modernidade proposta por Benjamin apura na exploração dos pormenores da vida urbana a condição de transitoriedade e reprodutibilidade que se contrapõem à unicidade e durabilidade da imagem até então praticada. A pulsão convulsiva das forças sociais no panorama do modernismo testemunha a coexistência paradoxal do dinamismo técnico e da fixidez disciplinar, evidentes nos planos urbanísticos de Le Corbusier e Otto Wagner, por exemplo. Diante do atrelamento das múltiplas conformações da vida urbana ao regime industrial de caráter disciplinar, os mitos modernistas de Le Corbusier, Gropius, Otto Wagner e Niemeyer são apropriados no cenário da real tragédia anunciada por Harvey. Neste agenciamento entre mito, modernidade e disciplina, a cartografia é acusada de falsificações como a divulgação da mídia americana sobre a alteração topográfica praticada pela URSS² na ocasião da Guerra Fria.

Entretanto, no caso da cartografia, enquanto equipamento coletivo de subjetivação e dispositivo, a dispersão flagrada por Benjamin não se efetiva. O que ocorre é a passagem do valor de aura para reprodução, mas não para dispersão se comparada à outra natureza de enunciados e visibilidade que circularam por dispositivos como rádio e Cinema, por exemplo. Há aí uma diferença de natureza, pois a cartografia manteve-se encerrada nos domínios disciplinares, de forma muito segmentada, não penetrando, portanto, nos domínios cotidianos da imensa multidão que se formava nas cidades industriais. Suspeito do caráter de reprodutibilidade – viabilizado pela multiplicação das formas de impressão dos próprios mapas, barateadas pela pujança da imprensa – sob circulação restrita e privativa.

A linguagem cartográfica da modernidade consolida regras, operações matemáticas e geométricas do renascimento, mediadas pelos dispositivos emergentes de circulação restrita, como por exemplo a fotografia aérea, os satélites e os aviões. No contexto da supremacia do tempo, o espaço figura nestas cartografias - do ponto de vista formal – um ente inerte e inflexível, atrelado ao caráter de imobilidade, que praticamente não altera seus modos de composição e figuração, se comparado aos malabarismos temporais.³³

A conjuntura técnica da modernidade incide sobre espaço e tempo de forma bem distinta e impregna de ambiguidades as possibilidades de percepção e experiência de ambos. A elasticidade do tempo, mito da modernidade, opera travessias impensáveis para então e produz uma aceleração radical da vida (VIRILIO, 1994),⁴ operada pela inserção massiva de relógios e cronômetros na vida social, o que significou uma recusa e um assolamento de temporalidades singulares.⁵ O que provoca uma fratura no liame tempo e espaço e assola em inexistência, ilegitimidade, desrazão, irreal, impreciso, falso e irrelevante a multiplicidade de percepções de espaço prenes de temporalidades singulares, estas também descompassadas da noção de tempo-máquina, tempo-produção e tempo-relógio.

A conquista do espaço, declarada por Harvey, *versus* a sua aniquilação expõem outra face desta ambiguidade, pois o espaço assumido como um dado ou fato irrevogável a ser vencido pelo tempo era também o mote central das disputas de então. A produção do espaço urbano era absolutamente central nas estratégias de constituição das hegemônias do capitalismo industrial, e determinar as orientações, direções, extensões, implantações, por exemplo, do arsenal necessário ao funcionamento do telégrafo, rádio e das estradas de trem significou uma força de subjetivação proeminente. A cartografia mantinha seu valor de visibilidade e de exposição atrelados às ordens privadas e estatais, sem alçar seu voo dispersivo rumo às multidões urbanas das cidades industriais.

A Primeira Guerra Mundial implicada nesta crise é um dos fenômenos correlatos à intensificação dos processos competitivos instalados no âmbito do capitalismo industrial. O mundo da competição extrapola a escala da disputa entre indústrias e converte-se num fator determinante dos Estados-nações. A máxima da aniquilação do espaço também sustém a hipótese da quebra das barreiras espaciais, de forma que o espaço passa a não constituir mais um limite para ação.

A máxima da “aniquilação do espaço por intermédio do tempo” abriga inúmeras contradições. Ao mesmo tempo em que se fala da quebra de barreiras, vê-se surgir movimentos nacionalistas de extrema radicalidade, munidos de pressupostos estéticos modernistas. Tais contradições abarcam a prática cartográfica, que corresponde a um determinado modo de perceber o espaço, que por sua vez constitui o alvo de interesse desta competição. A disputa pelo domínio do espaço, que deixa de configurar um limite à ação, diante dos diversos dispositivos de comunicação, circulação, subjetivação, às vezes, é o próprio limite, e a cartografia é acusada – por ser tributária da Geografia – de ser a arte de fazer a guerra.

A constituição do dinheiro enquanto equivalente universal protagonizou na análise da linguagem cartográfica uma propulsão da abstração de caráter homogenizante e universalista, num contexto de redução generalizada da vida à quantificação. É possível entender no campo da cartografia as imbricações deste regime de visibilidade e enunciação, em que o nível de abstração forjado pela hegemonia do equivalente geral subjaz a figuração cartográfica atualmente legitimada, hegemônica e presente na nossa vida social.

Os alinhamentos entre disciplina, mito e modernidade explicitam pressupostos epistemológicos e metodológicos da ciência moderna cunhada sob os princípios régios da ordem racionalista, positivista e funcionalista. Funda-se de forma irrevogável, na prática cartográfica, uma investida desistoricizante do espaço, dada a sua abstração em dado inerte. De espaço aniquilado proponho a ideia de aniquilação do tempo no espaço cartográfico, que redundando num processo de naturalização da percepção do espaço pela ótica euclidiana, geométrica e matemática, enquanto dado verdadeiro. Eis o regime de verdade incitado por tais visibilidades e enunciações do espaço-tempo da modernidade.

Na fricção entre as dimensões técnica, estética e política, cabe interrogar acerca da política das imagens e como estas se enredam na política de subjetivação urbana? Que visibilidades e enunciados cartográficos acerca da urbanidade são admitidas, sob que pretexto e legitimidade?

ATENÇÃO: a sucessão de episódios flagram hegemonias dos mecanismos que operam os equipamentos coletivos de subjetivação contemporâneo. Entretanto, esta é apenas uma cristalização diante de inúmeras outras. A pesquisa aborda a prática cartográfica, no sentido de um dispositivo, formado por vetores hegemônicos e singulares.⁶ Aqui, neste plano de composição técnico-político-estético, perpasso-as inicialmente na tentativa de delinear uma conjuntura panorâmica, rondo a produção da cidade, e para chegar até aí, detectei uma metamorfose na forma de apreensão contemporânea. A seguir, recorro às figurações hegemônicas com a atenção voltada à crítica da teoria crítica, proposta por Ana Clara Torres Ribeiro (2010). Não pretendo reafirmar uma teoria catastrófica e apocalíptica quanto à noção de tempo e espaço. Mas de expor a complexidade dos jogos perceptivos enquanto formação histórica e entender a produção de enredamentos e tramas urbanas, a partir desta forma de percepção.

O cartógrafo vendedor de nuvens

O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto.

(FOUCAULT, 1987, p.225)

Diante da tela do computador, o globo, passível de todo tipo de manipulações, giros, inclinações, angulações e aproximações, mediante as operações disponíveis na plataforma *Google Earth*. Com um *click*, voo em direção à superfície de qualquer país na rapidez espantosa das aproximações fulminantes do *zoom*. A colisão com a superfície da Terra é perceptível pelo efeito *pixel* da imagem. E em certo momento da aproximação me encontro tão perto que a fotografia turva-se em *pixels* imprecisos, forma-se um borrão de cor embotada, a escala desfigura-se pela dimensão microscópica, totalmente inadequada à escala do globo.

Com o ajuste da distância após um pequeno afastamento, começam a surgir ruas, telhados, prédios, clarões verdes, praças, autopistas. Nesta posição aérea, olho a cidade planejada, quarteirões quadriculados dispostos em torno da imensa área ocupada pela indústria que lhe deu origem, um exemplo clássico de cidade-industrial-modernista-funcionalista. A centralidade da indústria estampada na vista aérea remete o pensamento ao esquema do panóptico de Bentham e às proposições foucaultianas acerca do regime disciplinar. Mas só sei efetivamente que a centralidade é ocupada pela indústria por

conhecer previamente a cidade e sua lógica de urbanização, pois nesta visada paira sobre ela uma imensa nuvem, permitindo apenas a visualização parcial de algumas extremidades do perímetro da indústria.

A fábrica parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada; o guardião 'só abrirá as portas à entrada dos operários, e depois que houver soado o sino que anuncia o reinício do trabalho'; quinze minutos depois, ninguém mais terá o direito de entrar; no fim do dia, os chefes de oficina devem entregar as chaves ao guarda suíço da fábrica que então abre as portas. É porque, à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações e 'cabalas'); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho. (FOUCAULT, 1987, p. 169)

A marcha das nuvens no *Google Earth* não se movimenta estritamente como fenômeno climático, mas como fenômeno geopolítico. Enquanto fenômeno atmosférico, as nuvens que se formam sobre o território virtual são esbranquiçadas, manchas esfumadas, com áreas de adensamento e disjunção da água que lhe atribuem algumas zonas de transparência e outras de opacidade. A nuvem geopolítica figura um borrão branco-acinzentado compacto e denso, a transparência esfumada é convertida em barreira visual, obstáculo que produz invisibilidades, apagamento e recobrimento intencional do território.

O cartógrafo-satélite comercializa nuvens e isto o consagra definitivamente como olho-onipresente e onisciente, demiurgo operador das forças da natureza e das imagens de satélite. Não há anúncio para este serviço. Seu modo de operação é sorrateiro e difuso, entranha-se na ordem hegemônica por determinações corporativas e estratégicas. A ordem cega e muda, legitimadora do saber cartográfico, encobre os mecanismos que geram suas figurações, e à fotografia aérea é atribuído o sentido de realidade imediata e inquestionável. Trata-se de acordo com Virilio (1994), da testemunha mecânica irrecusável. O território virtualizado pela lente do satélite em fotografia aérea passa a constituir um dado, um fato e uma "representação da realidade", assim como a nuvem que o encobre. A positividade do seu regime emprega os pressupostos da modernidade e a autoridade deste saber efetiva-se pela suposta imparcialidade e racionalidade que define a natureza inalienável e insuspeita da imagem aérea.

Entretanto, para a visão onipresente não há eternidade e estabilidade, o mercado das nuvens é instável e as fotografias aéreas são constantemente trocadas. A marcha das nuvens move-se pelos múltiplos fenômenos que articulam território x capital x política x propriedade x uso e complementa-se pelos diferentes índices de resolução das imagens que são alterados com regularidade e rapidez. Tal figuração hegemônica do território produzida por múltiplos aparatos da visão - satélite, internet, zoom, avião - instaura, pelo movimento e instabilidade das suas lentes, conformações paradoxais, um tipo de onipresença caleidoscópica, multipresença ou ainda hiperpresença. Totalizações fragmentárias geradas pela onisciência e onipresença circunstanciais, alinhadas ao

paradigma da mobilidade e da fluidez do capitalismo contemporâneo – tido como flexível, financeiro e cognitivo.

O *zoom* apresenta o seguinte enquadramento: a cidade-industrial sob nuvem que evidencia a convivência entre os regimes disciplinares e de controle, propostos por Foucault e Deleuze, respectivamente. A cidade-industrial na conformação do seu traçado urbano instala-se de forma a efetivar operações panópticas, a partir da centralidade e radialidade da ocupação do território em torno da indústria, da sirene que toca o regimento dos turnos de trabalho e da vida urbana, da inserção generalizada do trabalho na estruturação do cotidiano e relações sociais, enfim, pelos modos de subjetivação deflagrados pelas determinantes da produção, da divisão do trabalho, da vigilância, da hierarquia etc.

A cidade-industrial virtualiza seus mecanismos disciplinares e os converte em controle, quando faz funcionar um complexo diagrama de forças composto pela articulação do dispositivo arquitetônico-urbanístico de ordem panóptica e, portanto, disciplinar, e o dispositivo cartográfico da ordem do controle. A cidade-industrial que tudo pretende ver não se deixa ver, encobre sob nuvens compactas e figurativas a indústria, o elemento de ordenamento do território mais central e contundente nesta cidade.

O corpo do rei, com sua estranha presença material e mítica, com a força que ele mesmo exibe ou transmite a alguns, está no extremo oposto dessa nova física do poder definida pelo panoptismo; seu campo é ao contrário toda aquela região de baixo, a dos corpos irregulares, com seus detalhes, seus movimentos múltiplos, suas forças heterogêneas, suas relações espaciais; são mecanismos que analisam distribuições, desvios, séries, combinações, e utilizam instrumentos para tornar visível, registrar, diferenciar e comparar: física de um poder relacional e múltiplo, que tem sua intensidade máxima não na pessoa do rei, mas nos corpos que essas relações, justamente, permitem individualizar. (FOUCAULT, 1987, p. 231)

Protege-se com a nuvem o próprio dispositivo da disciplina, num entrelaçamento cínico da “representação” da realidade e do seu controle. Cínico pela característica insuspeita da nuvem, cuja existência habita a ingenuidade infantil, a referência climática natural, a imagem idílica do céu de inúmeras cosmologias religiosas, entretanto oculta algum uso do território que depende daquilo que é da ordem do sigiloso, restrito, privado e disfarçado. Mas a própria lente, o satélite, é a máscara, forja-se em conjunções consensuais do capital financeiro e capital simbólico, enredando uma percepção da espacialidade do mundo, enquanto realidade, e consolidando subjetivações hegemônicas do território.

Anotações sobre a nuvem: sobreposições da disciplina e do controle

A marcha das nuvens aponta para uma sobreposição das formas das relações de poder, que operam as produções cartográficas e urbanas. A questão sobre a política

das imagens, entendida enquanto uma geopolítica do olhar ou do observador, revela a complexidade resultante do entrelaçamento entre as formas disciplinares e de controle, ambas comprometidas com a consolidação de hegemonias da produção de subjetividade. Tal entrelaçamento se dá também pela articulação estratégica entre diferentes dimensões que compõem neste episódio cada uma destas formas.

A partir de Foucault, entende-se disciplina como um conjunto de técnicas especializadas e disseminadas por todo o corpo social pelos engendramentos das instituições e dos saberes, de forma coordenada e complementar. Os pares operatórios, a saber, Medicina x hospital, escola x Pedagogia, quartel x Engenharia de guerra, religião x igreja, Economia x fábrica x indústria e Direito x prisão x reformatório fazem funcionar relações de poder numa determinada função, cujo principal objetivo é gerir a vida sob a égide da produção, fiscalização, punição.

Foucault elabora uma arqueologia do que chama de sociedade disciplinar e, diante da especificidade constituída por seus mecanismos, instituições e técnicas, indica a emergência de uma nova microfísica do poder às voltas do século XVIII, absolutamente distinta do regime soberano. O exercício destes duplos operatórios corresponde a implantar, distribuir, organizar, hierarquizar, dispor sobre os corpos, os indivíduos, os canais de poder, os espaços e os tempos, um tipo de apropriação da mobilidade, que pretende decompor a confusão e serializar o “formigar humano”:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos — isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. [...] A cidade pestilenta, atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais — é a utopia da cidade perfeitamente governada. [...] A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. (FOUCAULT, 1987, p. 222-223)

A indústria citada no relato sobre as nuvens constitui a escala germinal do processo de esquadramento do espaço-tempo, ou a espacialização do tempo a partir da divisão social do trabalho, como discutia anteriormente no contexto da crise da representação. Trata-se do elemento central e estruturador da cidade-industrial, que cria o espaço útil a partir de operações disciplinares, codificações especializadas para desempenhar – pela perspectiva produtivista do capitalismo emergente – o melhor coeficiente de efetivação do adiestramento, da vigilância, da localização e da individualização.

Na análise do autor, que passa pelos procedimentos, instrumentos, técnicas e níveis de aplicação, observa-se uma interação escalar no exercício dos poderes disciplinares,

compondo uma ambivalência com relação ao seu alcance, pois ainda que seja minúsculo nos seus mecanismos operatórios é imenso na sua penetração social:

Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles, entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. [...] A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma **racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito.** (FOUCAULT, 1987, p. 165-167, grifo nosso)

Na interação escalar, a ideia de compactação, evidente na proeminência da cerca, muro, presente em toda arquitetura do confinamento disciplinar, desdobra-se em poder extensivo de penetração social para além destes limites. Instala-se um estado de vigilância imanente aos engendramentos do social, perpassando as diversas instâncias da vida, num tipo de “coerção sem grandeza”, apontada pelo autor. As economias inconfessáveis e seus dispositivos mobilizaram outra dimensão do regime disciplinar na produção da “cidade-industrial” via figuração cartográfica.

À arquitetura do confinamento industrial sobrepõe-se um saber, a formação de enunciações e visibilidades constitutivas da própria disciplina cartográfica, que neste caso já se apresenta transfigurada pelos mecanismos do controle. A corrida epistemológica engendrada na virada do século XVIII para o XIX, que vai desencadear todo um conjunto de especificações do saber, tem ressonâncias e reciprocidades com a formação disciplinar em curso, convergindo para o surgimento do que Foucault denomina de homem do humanismo moderno. Este figura uma modulação de enunciações e visibilidades legitimadas pela tal racionalidade técnica econômica da Estatística, Demografia, Geografia, Anatomia, Medicina e da Cartografia, saberes disciplinares absolutamente centrais na subjetivação moderna.

Esse quadro dos saberes disciplinares modernos é integrado pelo movimento de supressão da Cartografia enquanto arte e o conseqüente apagamento dos seus mecanismos fabulatórios, imaginativos, pictóricos, ficcionais, narrativos. A Cartografia moderna possui lentes próprias de produção de uma visibilidade hierarquizada da informação espacial, que destila as subjetivações espaço-temporais singulares afeitas ao processo de concepção artístico anterior. Nesta passagem, o apagamento da dimensão artística também significa o afastamento do sujeito do conhecimento, que a partir de então constitui um observador externo e necessariamente ausente do espaço concebido.

Disciplina e controle conspiram nuvens e panoptismo na imagem aérea da “cidade-industrial” de forma a produzir o acirramento e aprofundamento dos seus princípios. A maleabilidade das relações de poder e sua condição mutante revertem liberdades e sujeições ininterruptamente e desatualizam os mecanismos disciplinares, tornando-os

ineficazes frente às sucessivas transformações da subjetivação do espaço-tempo. A sociedade de controle proposta por Deleuze, a partir da obra de Foucault, converte a linguagem analógica em ondulação, variações ininterruptas de uma linguagem numérica, posto que define cifras, senhas e códigos enquanto modo de controle das existências e não mais estritamente relatórios, quadros e exames.

Foucault já apontava as limitações do sistema disciplinar e indicava a cidade como a própria dimensão utópica da eficácia total deste regime efetivar-se. A nuvem neste caso enreda a fabulação e a invenção na Cartografia disciplinar e de controle, desvirtuando seus pressupostos de legitimidade. A utopia lança nuvens ao céu, obscurece o território da cidade-industriale converte a própria testemunha dos seus olhos, a Fotografia, em dispositivo do controle. O formigar urbano, ao deixar as imediações da fábrica panóptica, adentra os domínios das modulações autodeformantes:

Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. [...] O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado... o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas. (DELEUZE, 2007, p. 222)

Política da borracha: apagamentos na cidade funcional e na cidade espetacular

PASSAGEM 1: “Mapas com imagens de favelas do Rio serão retirados do Google

A prefeitura do Rio de Janeiro ganhou na Justiça o direito de obrigar o *Google* a retirar as favelas do Rio de Janeiro dos mapas que o site disponibiliza na internet. A empresa americana se desculpou e informou que fará as alterações em seis meses.

O pedido foi feito depois da constatação de que o *Google Maps* incluiu, no mapa da cidade, cerca de 600 favelas, mas não mostra bairros pequenos e alguns pontos turísticos. As comunidades têm mais destaque do que os bairros de classe média. A empresa chegou a receber várias queixas de internautas e de autoridades, mas o problema persistia.

Desde 2009, a prefeitura do Rio pedia as correções. Os erros são grosseiros. No bairro do Cosme Velho, por exemplo, a favela da Vila da Imaculada Conceição tem mais destaque do que o bondinho para o Cristo Redentor, que quase não aparecia.

A empresa também se desculpou pelo fato de o bairro do Humaitá, na zona sul do Rio, aparecer menos que a favela com o mesmo nome. Outro problema surge quando o internauta tenta localizar o Autódromo de Jacarepaguá, na zona oeste. Por estar no meio de nove complexos, fica bem difícil encontrar o local.”

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/04/23/google-maps-faz-do-rio-um-aglomerado-de-favelas-924305146.asp#ixzz1LuHq1w1p>

PASSAGEM 2: “A muralha de Barcelona

Ha um exemplo no próprio Cerdá. Quando ele vai explicar a muralha de Barcelona [para justificar a necessidade de demolição] não coloca o desenho da muralha no mapa, já que ele defende a demolição. Um engenheiro, como ele, no projeto, apresenta uma quantidade enorme de mapas para tudo, em várias escalas. No projeto de ampliação de Barcelona aparece da escala do território até a escala do azulejo da casa. O que ele mostra? Se ele dá tanto valor a essa linguagem, porque ele não vai utilizar para te explicar como é a muralha de Barcelona? Em vez de mostrar isso no mapa, apresenta uma tabela indicando trama por trama da muralha, quantos metros tem, qual o ângulo que faz, mas ele não coloca um desenho, ele coloca a tabela. Eu acho que ele usava, nesse momento, esse subterfúgio das estatísticas, ou, como ele fala, a força dos algarismos. Para convencer da necessidade de demolição da muralha, faz uma palestra para aqueles senhores que iam decidir se derrubava ou não derrubava, e sabia que neste caso tinha mais força se falasse com algarismos. Ele, então, põe uma tabelinha com coordenadas para não fortalecer a imagem da muralha e porque isso tem para o leigo um impacto de precisão. A estatística hoje tem esse equivalente, o da razão”.

Fonte: Costa, 2011.

Duas passagens, numa apaga-se a favela, a cidade-pobre, e noutra, o muro, a cidade-antiga. Numa, a desqualificação do mapa enquanto erro-grosseiro, noutra, o assolamento da História em coordenadas. O instrumento da geopolítica do olhar, neste caso, é a borracha, mas como apagar do mapa sujeitos complexos, territorialidades singulares, materialidades densas, inscrições de existências absolutamente irreduzíveis aos efeitos da borracha? O que orienta os movimentos da política da borracha? O que tal política nos inspira pensar acerca da noção de representação e produção? Que rebatimentos a política da nuvem tem sobre a da borracha?

A borracha cartográfica pode ser remetida, nos dois casos, aos mecanismos das ações higienistas urbanas, distanciadas espaçotemporalmente por mais de um século e, até por isso, considero tão relevante problematizá-las simultaneamente. O caráter esmiuçante e autodeformante compõe a geopolítica do olhar em Foucault (1987) e em Deleuze (2007)⁷ e apresenta-se aqui sob formas complementares. O detalhamento

do muro é feito pela localização de coordenadas, a codificação espacial em referentes matemáticos genéricos, mas detidos sobre o detalhe, o ponto a ponto que individualizam este território numa série arquitetural abstrata.

Esmiuçado em latitudes e longitudes e esvanecido na sua historicidade, o muro⁸ não se inscreve enquanto território de práticas, delimitação de sociabilidades, fronteira de relações, produto social ou referência cultural, mas é demolido numa sucessão de notações geográficas inseridas na tabela, procedimento central das operações disciplinares. Um tipo de inscrição panóptica permite a observação de forma simultânea do muro enquanto totalidade, o que seria impraticável enquanto experiência ordinária da cidade. O muro e suas múltiplas dimensões existenciais, por outro lado, não veem o engenheiro, nem poderiam. Envelhecido numa tectônica arruinada, míope, parece alcançar apenas o horizonte imediato do seu encerramento e envolver-se de forma imersiva comaquilo e aqueles que lhe atribuem sentido.

A modulação autodeformante cuja frequência é a do fluxo controla a visibilidade da pobreza produzindo a ausência proposital da favela na cidade nesta conformação, mas em outras ela é o próprio mote da Cartografia. Na Cartografia tida como científica, a seleção e hierarquização das visibilidades realiza-se pela determinação escalar, daquilo que se faz visível a partir de determinada distância. No *Google Maps*, a escala é ela mesma uma variação contínua propiciada pelo acionamento do *zoom* e as cidades, bairros, estados e países são exibições momentâneas de uma posição em constante movimento de aproximação e afastamento. E, neste caso, a operação escalar que impregna de flutuação as presenças e as ausências cartográficas estratifica-se num projeto específico de cidade, cujo processo de subjetivação ancora-se na própria estetização da política urbana.

Tais apagamentos cartográficos suscitam intervenções distintas sobre o território da cidade, entretanto, o sentido de produção não é atribuído apenas aos engendramentos que operam sobre a dimensão físico-material da cidade. A produção aqui proposta refere-se também à dimensão dos processos de subjetivação sobre/com a cidade, cujos engendramentos espraiam-se como uma força contundente de estratificação de regimes de uso, de visibilidade, de participação política, de valores, ou seja, o regime de existências legitimado por tais jogos de poder.

A demolição extraiu o muro de Barcelona e suprimiu sua temporalidade/territorialidade a partir de uma intervenção canônica na urbanística moderna, a tábula rasa, que, neste caso, expulsou a materialidade compacta reminescente das subjetivações da cidade-feudal, mas preservou o conjunto gótico da cidade medieval. O caráter higienista em exercício na segunda metade do século XIX revela pontos de convergência com a geopolítica esmiuçante das disciplinas modernas, sendo o próprio urbanismo uma emergência disciplinar desta conjuntura.⁹O plano de Cerdá, como ficou batizado na

urbanística, significa uma das ocorrências mais emblemáticas dos pressupostos em formação desde a intervenção de Haussmann em Paris.

As intervenções do barão de Haussmann e de Cerdá contrapõem-se à desconfiança de Foucault, de que a cidade constituía um limite aos processos de disciplinarização generalizada da vida, uma utopia frente ao ideal da “cidade perfeitamente governada”. Ambos converteram-se no modelo idealizado da transição da cidade antiga para a cidade moderna, cujos pressupostos, ainda que apresentem especificidades, compartilham de uma racionalidade técnica e econômica, que priorizava a produção da “cidade-funcional” adequada às exigências da revolução industrial em curso.

A disciplina fica evidente nas formas de hierarquização viária, cujo objetivo era conter agrupamentos e levantes operários da cidade então adensada pela instalação das fábricas, de distribuição/setorização de funções (habitar, trabalhar, lazer), de intervenção de ordem sanitária, que intencionava “curar” a cidade “doente”, fundando a tese higienista, que ainda hoje se insere como hegemonia na produção da cidade contemporânea. Neste horizonte, observa-se uma transformação dos instrumentos e procedimentos do regime disciplinar, no que se refere à presença da Cartografia na produção da cidade. No âmbito da emergência disciplinar do urbanismo no conturbado contexto da virada do século XIX para o XX, efetiva-se a articulação das topografias médicas, idealizadas pelos médicos, e das cartografias temáticas, executadas pelos arquitetos modernistas:

As topografias médicas eram similares a um Atlas da cidade desde o ponto de vista da saúde, do ambiente. Por exemplo, indicando se a cidade está localizada num lugar saudável, se o lugar é muito úmido, o tipo da água, se a população é alta, baixa, se é gorda, magra, quais são os problemas de enfermidades que tem, onde se localizam naquela cidade. Mapeavam a cidade e localizavam os enfermos. Elas [as topografias médicas] estão muito presentes a partir da metade do século XVIII e durante todo o século XIX. No final do século XIX, acaba sendo substituída por cartografias temáticas, por uma aproximação muito maior dos engenheiros e dos arquitetos. Há, talvez aí um ponto de inflexão, na forma como a cidade “se mostrava” com mais clareza, especialmente em relação adeterminados conflitos relacionados com seu crescimento.

Digamos, a cartografia do século XVIII já representa perfeitamente os lotes, as áreas construídas, o que está ocupado naquele terreno, o que não está e quantos terrenos são. Mas com a revolução industrial, com uma quantidade muito grande de gente, as epidemias, a necessidade de controlar o que ocorre dentro dos edifícios surge uma nova topografia. Os edifícios já não são como eram no início do século XVIII. Proliferam o que poderíamos chamar de cortiços, uma casa, um apartamento que foi de uma família, com uma densidade suportável pra ela, que de repente tem 10 famílias morando. E eles [o Estado] começam a pensar a forma de controlar, ter poder sobre isso. Então, nesta revolução industrial já estabelecida é o momento em que os arquitetos/engenheiros resolvem por a mão na cidade, no lugar dos médicos, e dizer, bom isso aqui a gente vai consertar. E aí eu acho que os engenheiros, geógrafos, historiadores, arquitetos recuperam essa tradição médica das topografias, como uma forma de você tentar representar determinadas informações sobre a cidade que te ajudam a pensar questões menos aparentes, aquela coisa que está mais invisível.

Os médicos começam a fazer isso. Eles e os engenheiros sanitários começam a tentar criar cartografias que tem a ver com a própria vida que tem nesses prédios. O que tem lá, quem vive, como se dorme. E os modernos, racionalistas, vão pegar isso aí e vão sistematizar. Você vai ao arquivo do GATCPAC [o Grupo de Artistas y Técnicos Catalanes para el Progreso de laArquitecturaContemporánea], por exemplo, em Barcelona, eles têm fichinhas cadastrais de moradias da cidade antiga de Barcelona, localizando exatamente onde ficavam as camas, os banheiros, onde as pessoas dormiam, a posição que dormiam. Umas fichas sanitárias ou coisa parecida, os médicos entravam e mapeavam aquelas áreas mais enfermas, quais eram e descreviam o interior, indicando coisas como “pessoa com tuberculose em quarto escuro”. Descrevem muito o que está por dentro desses edifícios e a cartografia começa a mostrar isso. Começa a mostrar riqueza, pobreza, onde estão os mais ricos, os advogados. [...]

O Cerda faz a mesma coisa, quando vai vender o modelo de Barcelona, começa falando exatamente do centro antigo da cidade onde ele propõe a abertura de algumas vias apenas, mas na cabeça dele, aquilo ali não servia de nada, servia para um modelo antitético da ampliação de Barcelona. Até porque, na cabeça dele, nos cálculos dele, tinha que ser destruída praticamente toda a área central para que tivesse as condições de higiene, de ventilação. O GATEPAC, 60 a 70 anos depois, faz a mesma coisa, pega o mesmo centro antigo de Barcelona e começa a falar: o Bairro Chino, as putas, a degradação, os vícios, a falta de sol... já não fala de vento como apoio do olhar médio. Cerdá fala de vento, o paradigma miasmático. Os modernos falam de falta de sol, o paradigma bacteriológico. Todos os dois tem o olhar do médico dando apoio. Em tudo isso aparece esse modelo de cidade que eles fazem: as imagens que usam, as fotografias, as fotografias do Casco Antiguo. Nas fotografias aéreas usadas você vê aquelas ruas escuras e, nas outras, as pessoas, que seguramente não todo mundo tinha a pinta que aparece nas revistas, mas sempre aparecem como interessa que apareçam: aquelas figuras, crianças que aparecem deformadas, como se tivessem tirado uma foto daquelas revistas médicas que mostravam deformidades. Em contraste, eles colocam na revista imagens lindas de filmes soviéticos da época, sol, muito sol banhando lindos corpos nus. E nisso vai se criando, constituindo, o modelo de cidade. (COSTA, 2011)¹

¹ A entrevista foi gentilmente concedida à autora por Francisco (Xico) Costa, professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Realizada em abril de 2011, disparou um conjunto de questões que permeia todo o trabalho. As considerações acerca do projeto Atlas Histórico, as produções ligadas ao grupo espanhol de arquitetos modernistas integrantes dos CIAM's, algumas passagens ligadas ao GATEP (Grupo de Artistas e Técnicos Espanhóis para a Arquitectura), desdobraram inúmeras reflexões, entre elas, o presente artigo. Faço aqui meus sinceros agradecimentos ao professor Xico.

Esta montagem de fragmentos da narrativa de Costa expõe sua hipótese, que entende a Cartografia enquanto produção de modelos de cidade. Na sua perspectiva, não se trata de procurar entender a partir da Cartografia que cidade é esta, mas que vontade e modelo de cidade se instalam a partir de determinada Cartografia. Contrária, portanto, o pressuposto da representação do território, à medida que entende tal representação como um domínio sobre este território. Os modelos de cidade são formações históricas que entrecruzam as dimensões técnica, estética e política, num sentido muito próximo às proposições de Benjamin que expus no tópico sobre experiência e percepção.

Ausências cartográficas: anotações finais¹⁰

A política da borracha e seus apagamentos configuram práticas compositivas das cartografias urbanas, e cabe interrogar, que sujeitos sociais detém a borracha ou a manipulam circunstancialmente? Como tais sujeitos operam as relações entre regime de visibilidade e apagamentos? A interação visibilidade x apagamento, no campo da Cartografia, instaura que existências na cidade? Como tais interações enredam-se a partir dos regimes disciplinares e de controle? E, afinal, que modelos de cidade são produzidos pela borracha e nuvem, nos casos aqui problematizados?

A prática compositiva do apagamento é desmistificadora do pressuposto da representação do real e do regime de verdade que legitima um conjunto de disciplinas modernas, tais como Cartografia, Urbanismo, Medicina, Estatística, Demografia e Geografia. No caso do apagamento das favelas cariocas da plataforma virtual *Google Maps*, decompõe-se diversos níveis da produção da cidade na contemporaneidade, que conjuga formas de intervenção nas dimensões física e simbólica, ambas atreladas às formulações do imaginário e da produção de subjetividades urbanas.

O apagamento das favelas é apenas uma das inúmeras intervenções urbanas aplicadas no Rio de Janeiro orientadas para a produção de um modelo bem específico de cidade, ligado aos grandes eventos, mais especificamente, à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Tal modelo tem em vista a produção da “cidade-mercadoria” e “cidade-espetáculo” promovida pela ação combinada de agências multilaterais (BIRD, Habitat), de consultores internacionais,¹¹ de parcerias público-privadas e de empreendimentos estritamente privados de escala global (corporações internacionais, redes multinacionais etc). A proeminência da favela, sua presença generalizada, extensiva, cuja territorialidade é constituinte e coimplicada num campo de forças muito flagrante da existência dos pobres na cidade - tomados como ilegais, informais, muitas vezes criminosos, traficantes e invasores da propriedade privada - é um entrave para o Rio de Janeiro da Copa, do choque de ordem e da “cidade maravilhosa”.

A atribuição de “erro grosseiro” à aparição presentificante e estridente das favelas no *Google Maps* apresenta que remetimentos ao estatuto de testemunha irrefutável e de representação do real, que compõem o regime de verdade hegemônico no campo da Cartografia e do próprio urbanismo quando dela se apodera? Na conjunta técnica-estética-política imanente à cidade contemporânea, a imagem figura uma força absolutamente decisiva nos processos de subjetivação. Trata-se da interação entre a face do controle e da singularização, esta última entendida nos termos de Ana Clara Torres Ribeiro (2010) enquanto “emancipação dos imaginários pela valorização imaginativa dos lugares”, uma política da copresença.

No Rio de Janeiro a copresença é constrangida na plataforma do *Google Maps* e faz-se ação de expulsão, recrudescendo o processo de apagamento das favelas do território da cidade. Intervenções violentas, amplamente praticadas contra a população pobre do Rio de Janeiro, especialmente aquela entendida como entrave ao seu canteiro de obras e modelo de cidade perseguido, tornaram-se consensos silenciados. Não proponho pensar uma como consequência da outra numa relação unidirecional, donde apagamento virtual gera apagamento físico, mas problematizar um intrincado processo de subjetivação que age em atravessamentos imagéticos, consolidação de imaginários, inculcação de desejos e naturalização de algumas legitimidades que conduzem à negação generalizada do direito à cidade. A imagem anunciada em 2009 na plataforma do *Google Maps* nos suscita o pensamento de Benjamim, que aponta a produção de cultura enquanto produção de barbárie.

Com o advento dos megaeventos de entretenimento globais, mais especificamente a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e também a Rio+20 no ano que vem, a cidade toda está entretida em seu re-desenho, projetos britânicos *ofcourse*, em obras faraônicas como implosão de viadutos, super-museus, super-avenidas, trens-bala, polícias-pacificadoras, e para tanto segue em frente com as remoções de comunidades, pixações de casas, demolições na calada da noite, ZERO dias de notificação, infiltração de padres e pastores nos territórios ocupados, e milícias naqueles para os quais são “transportados”, seus móveis em caminhões de lixo. Uma guerra de baixa intensidade instaurou-se com legalidades e ilegalidades perenes, como o fazem governos, máfias e corporações. (BAOBÁ VOADOR, 2011)

A consternação das existências empreendida pelos apagamentos recalca a cidade num modelo de ordem estética/política, que passa a constituir-se no próprio desejo de cidade. Remoções forçadas, indenizações irrisórias e destruição de milhares de casas são operações permeadas pelo processo de subjetivação hegemônico, que seinstaura a partir da naturalização de dados em estatutos de legitimidade, verdade, legalidade e realidade, comprometidos com o capital financeiro e simbólico. “Compromissos instáveis” é o modo como Boaventura de Souza Santos descreve as tensões entre representação e orientação, a partir dos graus de distorção das representações cartográficas, desencadeados pelo uso da escala e da projeção.

Porque medeia entre intenção e acção, o mecanismo da escala também se aplica à acção social. Os urbanistas e os chefes militares, tal como os administradores e os legisladores, definem as estratégias em pequena escala e decidem a actuação quotidiana em grande escala. O poder tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade para criar os fenômenos que maximizam as condições de reprodução do poder. A representação/ distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder. (SANTOS, 1988, p. 144-145)

A distorção passa a ser entendida como produção do “fenômeno” e não meramente como “erro”, “inverossimilhança”, “anamorfose”, constitui uma força estratégica nos jogos de poder implicados na produção da cidade. Na outra citação, o coletivo Baobá menciona a perenidade das legalidades e ilegalidades e podemos articular a instabili-

dade, a perenidade, a distorção e o apagamento - envolvidos nas práticas cartográficas urbanas – com as operações de natureza autodeformante da sociedade de controle inspirados em Deleuze.

Coloco em pauta dois momentos, a elaboração do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro em 1996 e o brutal processo de reforma urbana nas imediações de 2014-2016. O apagamento do Morro da Providência, as mais de 30 mil previsões de remoção só no Rio de Janeiro, a excepcionalidade da lei da Copa e o apagamento dos erros grosseiros do circuito turístico explicitam rebatimentos da intensificação do processo de estetização da política empreendidos desde 1996:

A preocupação com a imagem atinge seu paroxismo entre os estrategistas carioca-catalães, quando o diagnóstico aponta como um dos problemas a “forte visibilidade da população de rua” (Plano Estratégico do Rio de Janeiro, p. 50): a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental) [...] A transfiguração da pobreza em ambiente foi explicitamente formulada pelos catalães, quando incluíram no que chamam de entorno social “o peso da pobreza”. Os pobres são entorno ou ambiente pela simples razão de que não constituem nem autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável. Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infra-estruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoria- cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado. (VAINER, 2002, p. 82)

A sondagem dos pressupostos da representação cartográfica deu-se em direções espaçotemporais descontínuas e fragmentárias. Ao perpassar a Barcelona de Cerdá, o Rio de Janeiro das Olimpíadas e da Copa e uma cidade-industrial anônima, fomos atravessados pelo *Google Earth* e *Google Maps*, evidenciando a extensividade desde dispositivo na produção das cidades contemporâneas. O confronto entre representação, modelo, apagamento, borracha e nuvem compôs momentaneamente - no quadro que esbocei com alguns episódios cartográficos- a positividade dos regimes de controle e disciplinar que se sobrepõem incessantemente nesta produção.

A idéia proposta por Xico (2011) da produção cartográfica como produção de modelos de cidades desencadeou a exploração analítica de alguns modelos, a cidade-funcional, a cidade-mercadoria e cidade-espetáculo. Todas estas são coexistências dos processos de subjetivação urbanos em pleno curso e revelam profundas estratificações históricas constituintes do atrelamento entre técnica x estética x política. A ideia de produção intensifica os movimentos dos vetores de forças presentes nos regimes de visibilidades e enunciações urbanas operados nos múltiplos engendramentos cartográficos e revela a dimensão do poder inerente a eles.

Esta reflexão contesta a adesão à representação cartográfica inerte e assume sua condição enquanto produção, fabricação, fabulação de mundos, cidades, sujeitos, presenças. Existências conjecturadas numa cidade, na qual os jogos perceptivos são acionados tal como Benjamim nos sugere. Lampejos de natureza tátil que nos arremessam numa

sucessão vertiginosa de imagens e de cidades e enredam tais experiências num campo de liminaridades. Neste se entrecruzam panoptismo, individuação e disciplina (FOUCAULT, 1987), distração fragmentária, percepção tátil e barbárie (BENJAMIM, 1985), autodeformação, oscilação, senha e controle (DELEUZE, 2007). Os apagamentos e as nebulosidades, afinal, instauram ausências propositais na cidade, de forma que borracha e nuvem, assim como os satélites, são as próprias lentes da observação cartográfica e não apenas um obstáculo ou uma limitação à sua ação.

Carolina Ferreira da Fonseca designer formada pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA e doutoranda pelo mesmo programa, sob orientação da professora Dr. Ana Fernandes.

Notas

- ¹ As explorações analíticas acerca da obra de Benjamin partem da aproximação entre o autor e Foucault, proposta por Drummond (2009) na tese intitulada Pierre Verger: uma cidade surrealista nos trópicos. Além das discussões propiciadas no âmbito da disciplina Urbanismo Contemporâneo, nos tópicos acerca Walter Benjamin.
- ² Um jogo de forças deflagrado pela visibilidade do território das principais potências da Guerra Fria é viabilizado pela adoção das diferentes projeções cartográficas e as distorções próprias a cada uma delas. O episódio citado por Harvey (1989), sobre a constituição do “Império do Mal” a partir da significativa ampliação/distorção da URSS é também marcada pela acusação aos russos de “falsificarem” a topografia do seu território a fim de enganarem seus inimigos, os mesmos que os haviam transformado num território tão agigantado. Sobre a “falsificação” ver “Russians Caught Mapping” (*Ottawa Citizen*), “Soviets Admit Map Paranoia” (*WisconsinJournal*) ou (*in the New York Times*) “In West, Map makers Hail ‘Truth’” e “The rascals finally realized the truth and were able to tell it, a geographer at the Defense Department said”?
- ³ Aqui é importante ressaltar a montagem cinematográfica como operação radical das formas de composição e figuração do tempo, mediados por tais dispositivos. O que chamo de malabarismo temporal é a possibilidade de exposição do tempo enquanto ruptura, corte, edição, supressão, descontinuidade, argumentos centrais na obra de Benjamin, que recorre à técnica da montagem enquanto construção metodológica.
- ⁴ “Modelo das próteses de visão, o telescópio projeta a imagem de um mundo fora de nosso alcance e, enquanto uma outra forma de nos movermos no mundo, a logística da percepção inaugura uma transferência desconhecida do olhar, ela cria o encaixe entre o próximo e o distante, um fenômeno de aceleração que abole nosso conhecimento das distâncias e das dimensões”. (VIRILIO, 1994, p. 18-19)
- ⁵ Por temporalidades singulares entende-se a apreensão do tempo mediada por determinações da experiência cotidiana, da imprecisão da memória, da expressão afetiva do corpo, dos ciclos da natureza, que não se sujeitam à contagem numérica, única legitimada pela modernidade.
- ⁶ Adoto para fins de contextualização panorâmica a ideia de “crise da representação”, com a ressalva de deter meu interesse sobre a passagem entre as contingências e as representações dos processos urbanos enquadrados nos sistemas de representação, de imagem, de valor, de modos de memorização, de mídia, operados pelos equipamentos coletivos de subjetivação contemporâneos. Tal acepção da crise tem um teor apocalíptico, quando fala em aniquilação do espaço e detive-me aqui para entender tal crise enquanto imanência e vetor de subjetivação potente e hegemônico. Mas interessa entender as tramas destes vetores-forças, e não incorrer num teor formalista da própria crítica. Busco uma exposição afeita às disparidades e arestas entre as hegemonias cartográficas e os extravios que singularizam formas de apreender e disputar a superfície da experiência urbana contemporânea. Neste rastro, antecipo a cartografia da ação social formulada por Ana Clara Torres Ribeiro, que constitui uma das singularidades a ser abarcada na pesquisa.
- ⁷ Considero relevante citar a data de publicação da primeira edição das respectivas obras, a fim de esclarecer os nexos entre o contexto e o pensamento dos autores. *Vigiar e punir* de Foucault data de 1975 e *Post-scriptum*, sobre as sociedades de controle, de Deleuze, foi publicada inicialmente em 1990.
- ⁸ É importante ressaltar que não se trata da defesa do muro, mas de uma análise das implicações suscitadas pela operação que o excluiu.
- ⁹ Sobre as interações entre o regime disciplinar e a emergência do urbanismo, ver dissertação de mestrado de Rosa Ribério intitulada *Cidade, Biopoder e população* (2010).
- ¹⁰ Ressalto o diálogo estimulante com a professora Renata M. Marquez (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFMG) cuja tese intitulada *Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial* (2009) abriu diversos caminhos para pensar as alteridades/extravios cartográficos. Estas anotações desdobram-se da leitura desta e de conversas virtuais.

¹¹ Carlos Vainer ressalta a presença dos catalães Jordi Borja e Manuel Castells na formulação de políticas voltadas para o *marketing* urbano, utilizando como modelo de cidade o processo de reforma urbana empreendido por Barcelona para as Olimpíadas de 1992, consolidado no campo do urbanismo como planejamento estratégico. É interessante notar como a relação entre os dois casos se atualiza neste recorte temporal, o modelo da cidade-funcional de Cerdá para Barcelona *versus* o modelo da cidade-mercadoria do planejamento estratégico para a Barcelona mais de um século depois. Observo ainda uma proximidade com o atual processo de reforma urbana que vem sendo empreendido em diversas cidades brasileiras, mais pontualmente e com maior ênfase no Rio de Janeiro.

Referências

- BAOBÁ VOADOR. **Megaeventos x Microguerras**: Colonialismo 2.0 – Por Novos mapas. 25 set. 2011. Disponível em: <http://baobavoador.noblogs.org/post/2011/09/25/372/> Acesso em: 15 jun. 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- FOUCAULT, MICHEL. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15. ed.. São Paulo:, Ed. Loyola, 2006.
- OLIVEIRA, Rosa Ribeiro Barboza de. **Cidade, biopoder e população**: uma abordagem histórico-teórica acerca do urbanismo. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2010.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In BRITTO, Fabiana; BERENSTEIN, Paola Jacques, (Org). In: **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos à uma concepção pós-moderna do direito. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa: Centro de Estudos Sociais (CES), n. 24, mar. 1988.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano estratégico. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- VIRILIO, Paul. **A máquina de visão**. Rio de Janeiro: Ed. José Olimpio, 1994.